

## O Processo de Reconciliação Coreana e a Questão Nuclear

Henrique Altemani de Oliveira

### 1. Introdução

No início de setembro de 2001, com o voto de desconfiança do Parlamento sul-coreano, o Ministro da Unificação Lim Dong Won renunciou ao seu posto deixando uma forte sensação de que a *sunshine policy*<sup>1</sup> de Kim Dae Jung estaria irremediavelmente superada. Porém, numa rápida tentativa de reanimá-la, ou mesmo de ampliá-la, a Coreia do Norte enviou uma delegação de altos funcionários a Seul para um encontro de quatro dias, entre 15 e 18 de setembro.

Como resultado, os dois lados concordaram em facilitar mais encontros entre famílias separadas desde a Guerra da Coreia, bem como retomar os trabalhos de construção de uma ligação ferroviária e rodoviária através da fronteira militarizada que divide as duas Coreias.

Em junho de 2000, a realização da Reunião de Cúpula entre os presidentes da Coreia do Norte, Kim Jong Il, e da Coreia do Sul, Kim Dae Jung, tinha suscitado esperanças de que poder-se-ia ser estar próxima a reunificação coreana. “A opinião pública mundial, levada pela grande mídia, saudou o evento como o início do longamente esperado processo de reunificação das duas metades da península coreana, mantidas em estado de hostilidade desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Na expectativa ocidental, a reunificação implicava a absorção do Norte comunista pelo Sul capitalista, um passo a mais no inexorável triunfo das forças do mercado e da democracia, iniciado com as transformações no Leste Europeu”.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup>. Na apresentação dos princípios básicos da política de aproximação com a Coreia do Norte e que ficou conhecida como *sunshine policy*, Kim Dae Jung remarcava: 1. Não tolerância de provocação armada de qualquer forma; 2. Não unificação tipo Alemanha, por absorção; e 3. Promoção ativa da cooperação inter-coreana, começando primeiro por aquelas áreas de interesse mútuo, nas quais ambas as partes possam mais facilmente estar de acordo.

<sup>2</sup>. OLIVEIRA, Amaury Porto. “Pausa na Reconciliação Intercoreana”. *Carta Internacional*, IX (100): 9, junho 2001.

A perspectiva de que o encontro de cúpula entre os dois presidentes coreanos estivesse propiciando formas de eliminação da cortina de gelo sobre a península coreana parece ter intensificado a percepção da necessidade dos quatro principais poderes em reajustar suas respectivas políticas para a Coreia em decorrência de possíveis novas realidades.

Assim em curto espaço de tempo, em menos de um ano, Kim Jong Il teve três encontros de cúpula, com o presidente chinês Jiang Zemin, numa visita secreta a Beijing em maio de 2000, com o presidente sul-coreano Kim Dae Jung em junho e com o presidente russo Vladimir Putin em julho, e ainda recebeu, em Pyongyang, três missões diplomáticas de primeiro nível, dos Estados Unidos a Secretária de Estado Madeleine Albright, o Ministro Chinês da Defesa Chi Haotian em outubro e uma delegação da União Européia em novembro.

No entanto, menos de um ano após a histórica Reunião de Cúpula entre os presidentes da Coreia do Norte e da Coreia do Sul, as expectativas suscitadas parecem já ser do passado.

Ainda que o encontro tenha servido para promoção pessoal dos dois presidentes junto a seus públicos domésticos, na realidade, seu mérito parece decorrer muito mais da aceitação de legitimidade mútua. “No fundo, o encontro representou acima de tudo um processo mútuo de reconhecimento e legitimidade, retirando das duas Coreias os sonhos de uma unificação-hegemônica, para a coexistência pacífica de dois Estados separados. A simples e maior consequência é encerrar, pelo menos por enquanto, a fraticida política de legitimação e deslegitimação”.<sup>3</sup>

De outro lado, no entanto, estrategistas norte-americanos ainda que não apostando no processo de reunificação entendem que uma possível aproximação entre as duas Coreias pode ter reflexos significativos sobre o esquema de segurança regional, bem como sobre o papel dos Estados Unidos na região da Ásia-Pacífico.

Campbell e Reiss apontam direta e sem subterfúgios que a melhoria nas relações inter-coreanas e a crescente estabilidade na Península Coreana enquanto, de um lado, podem também corresponder a uma melhoria no cenário estratégico do Nordeste Asiático,

---

<sup>3</sup>. KIM, Samuel S. “North Korea in 2000: Surviving through High Hopes of Summit Diplomacy”. *Asian Survey*, XLI (1): 16, January/February 2001.

de outro, podem acarretar implicações indefinidas para os Estados Unidos e sua influência na Ásia.<sup>4</sup>

Nye, da mesma forma, pondera que a aproximação coreana pode diminuir a sensação da ameaça na Ásia. E se a ameaça norte-coreana diminuir, Estados Unidos com certeza sofrerá uma pressão doméstica para retirada das tropas da Península, com fortes implicações para seu posicionamento na Ásia, bem como sobre o Acordo Militar com o Japão.<sup>5</sup>

## **2. Algumas Considerações sobre a Separação da Península.**

A Península Coreana localiza-se entre grandes potências (Rússia, China e Japão) e historicamente foi afetada pelas rivalidades ou pelas disputas de poder entre elas. No sistema bipolar posterior à Segunda Guerra Mundial, seu posicionamento foi ainda mais afetado, seja pela disputa entre as duas super-potências (Estados Unidos e União Soviética), seja pelos diferentes papéis que China e Japão desenvolveram nesse período. De outro lado, se a Coreia sofre os constrangimentos decorrentes de sua localização, ela mantém também uma relevância estratégica para a estabilidade regional e mesmo internacional.

Assim, a Coreia foi invadida e transformada em colônia do Japão a partir de 1910, em função tanto de sua relevância econômica, quanto de sua importância estratégica para os interesses nipônicos na Sibéria e na Manchúria, além da China.

Já a decisão da divisão da península coreana no Paralelo 38 foi tomada em decorrência do receio norte-americano de que a União Soviética, após a declaração de guerra contra o Japão, seis dias antes da rendição, pudesse avançar e ocupar toda a península. “Mais do que qualquer outro relacionamento bilateral no mundo, o relacionamento Coreia – Estados Unidos deve ser considerado como um produto da Guerra

---

<sup>4</sup>. CAMPBELL, Kurt M. & REISS, Mitchell B. “Korean Changes, Asian Challenges and the US Role”. *Survival*, 43 (1): 53-69, Spring 2001

<sup>5</sup>. NYE, Joseph S. “The ‘Nye Report’: six years later”. *International Relations of the Asia-Pacific*. I (1): 95-103, 2001

Fria. Não somente seu caráter foi formatado pelos imperativos da Guerra Fria, sua própria existência decorre das exigências da luta entre os Estados Unidos e a União Soviética.”<sup>6</sup>

Com tal atitude arbitrária e calcada nos receios norte-americanos de avanço soviético<sup>7</sup>, a divisão da península passa a contar com uma ocupação soviética no Norte e com a norte-americana no Sul. No Norte, a União Soviética vai se apoiar principalmente no Partido Comunista Coreano, com o qual já mantinha contatos em decorrência do processo anterior de resistência contra a ocupação japonesa e, em especial, com Kim Il-sung que tinha sido um líder nas guerrilhas anti-japonesas na Manchúria.

Já no Sul, sem qualquer contato prévio e com desconhecimento do idioma, as forças norte-americanas de ocupação vão inicialmente apoiar-se nos quadros da burocracia colonial e da força policial, considerados pelos coreanos como *ex-colaboradores* com o Japão. Insatisfeitos com a ocupação norte-americana sucedendo a japonesa e com a divisão da península, o Comitê para a Preparação da Independência da Coreia, liderado pelo centro-esquerdista Yo Un-hyong, tenta estabelecer um governo popular. No entanto, o comandante do Governo Militar Americano na Coreia do Sul, John Hodge, reprime qualquer movimento popular, considerando-o de inspiração soviética.

Dessa forma, Syngman Rhee<sup>8</sup>, em seu retorno dos Estados Unidos, posiciona-se contrariamente a qualquer movimento popular e passa a batalhar intensamente pela independência da Coreia do Sul. Após uma série de agitações contra os oponentes políticos de Rhee, Yo Un-hyong é assassinado em 1947.

---

<sup>6</sup>. KIM, Kyung-Won. “Korea and the U.S. in the Post-Cold War World”. *Korea and World Affairs*, XVIII (2): 213, Summer 1994.

<sup>7</sup>. A entrada da União Soviética na Guerra do Pacífico levantou a suspeita, em Washington, de uma possível dominação soviética na Coreia, na Manchúria e mesmo no Nordeste da China. No Acordo de Yalta, de fevereiro de 1945, entre Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética, tinha sido prometido à União Soviética as ilhas Kurilas japonesas, Sakalina, o controle das ferrovias sino-russas da Manchúria, das bases militares de Port Arthur (Lushun) e de Port Dairen (Dalian). Em contrapartida, a União Soviética apoiaria o Partido Nacionalista Chinês, o Kuomintang, e entraria na guerra contra o Japão três meses após a rendição da Alemanha.

<sup>8</sup>. Syngman Rhee, por agitações pró-constitucionais, tinha sido preso em 1898 pela monarquia coreana. Quando de sua libertação em 1904, viajou para os Estados Unidos e manteve-se como líder dos exilados coreanos nos Estados Unidos. Quando de seu retorno para a Coreia, em outubro de 1945, tornou-se o braço direito do comandante das forças de ocupação que via nele o político com capacidade de liderar os grupos direitistas desorganizados e enfraquecidos pelo apoio anterior à colonização japonesa.

Nesse mesmo ano, Truman decide retirar as forças americanas da Coreia considerando, de um lado, que ela não tinha valor estratégico, nem econômico, e, de outro, acatando a decisão do Congresso norte-americano de não aprovar uma ajuda à Coreia em decorrência da que já estava sendo direcionada para a Grécia e Turquia.

Dentro desse processo de retirada das tropas americanas, Rhee, com apoio das forças de direita, promove eleições em 9 de maio de 1948, sendo eleito presidente, num processo conturbado e repleto de acusações de fraude.<sup>9</sup>

Em oposição à divisão da península e como uma tentativa de unificação, em 25 de junho de 1950, tropas norte-coreanas invadiram o Sul, dando início à Guerra da Coreia. Entre diferentes hipóteses sobre as razões da invasão da Coreia do Sul pelas tropas norte-coreanas, a versão mais normalmente aceita sobre sua motivação é que a Coreia do Norte resolveu “agir antes que a Coreia estivesse irremediavelmente dividida. Este posicionamento tem como base a percepção da mudança na retórica contra Rhee, em maio de 1950, das acusações de buscar uma invasão do Norte, para a posição de que Rhee estava buscando a divisão permanente da Coreia”.<sup>10</sup>

Cumings<sup>11</sup> defende ainda a idéia de que os líderes norte-coreanos estavam alarmados com a possibilidade, sob os esforços americanos, de estabelecimento de potenciais laços econômicos e militares entre a Coreia do Sul e o Japão. Ainda que exagerados, os receios, sob o apoio americano, de uma retomada da influência japonesa na Coreia eram assustadores para as antigas vítimas do colonialismo japonês.

E Sung-Joo Han aponta a forte diferenciação entre dois pontos de vista. “É difícil, e talvez fútil, definir “esquerda” e “direita” na política coreana. Em relação à Guerra da Coreia, entretanto, as respectivas posições são simples. A direita acredita que Kim Il-Sung da Coreia do Norte instigou a guerra, causando milhões de mortes e gerando miséria para todo o povo coreano, Norte e Sul. A esquerda, por contraste, geralmente não aceita que Kim Il-Sung tenha começado a guerra e argumenta que, em qualquer caso, isso é

---

<sup>9</sup>. A Comissão Temporária das Nações Unidas na Coreia (UNTCOK) declarou que as eleições tinham demonstrado “um razoável grau de livre expressão”. No entanto, os delegados da Austrália, Canadá e Síria recusaram-se a participar dessa decisão.

<sup>10</sup>. THOMPSON, Roger G. *The Pacific Basin since 1945*. New York, Longman, 1994. P. 47.

<sup>11</sup>. CUMINGS, Bruce. *The Origins of the Korean War: Liberation and the Emergence of Separate Regimes*. Princeton, Princeton University Press, 1981.

irrelevante. A esquerda acusa os Estados Unidos pela divisão do país e os direitistas sul-coreanos por bloquear a unificação”.<sup>12</sup>

Os Estados Unidos, com o aval das Nações Unidas (ONU)<sup>13</sup>, entra na guerra e avança contra a Coreia do Norte. A China, ainda que com relutância, participa igualmente da guerra em decorrência do avanço das forças norte-americanas sobre suas fronteiras e, em janeiro de 1951, conquista Seul, capital da Coreia do Sul. Mas uma nova ofensiva das tropas da ONU empurra as tropas chinesas e norte-coreanas de volta ao Paralelo 38, a linha imaginária que separava as duas Coreias. No entanto, os invasores resistiram, com as respectivas posições permanecendo inalteradas em mais dois anos de combates. Depois de uma trégua, assinada em 1953, foi criada uma zona desmilitarizada, Panmunjom, que até então, simbolizou a guerra que não acabou.

A interrupção das hostilidades deu-se por meio de um armistício, negociado e assinado em 1953, pela Coreia do Norte e pelos Estados Unidos, sob supervisão da ONU. A Coreia do Sul, por parte de Syngman Rhee, opôs-se veementemente ao armistício, não tendo as duas Coreias, até agora, assinado um tratado de paz.

Os resultados da guerra foram terríveis: “3 milhões de coreanos mortos, 5 milhões de refugiados, 10 milhões de famílias separadas, 55 mil americanos mortos, 100 mil chineses mortos. A infra-estrutura de comunicação foi destruída, a capacidade produtiva eliminada e quase todo o legado material do período de colonização foi destruído”.<sup>14</sup>

De outro lado, no plano econômico, “a divisão da península coreana, em 1945, criou duas unidades econômicas distintas. O norte possuía a maior parte de recursos naturais e as indústrias pesadas, desenvolvidas durante a ocupação japonesa. O sul possuía a maior parte dos recursos agrícolas e mão-de-obra, tendo seu desenvolvimento industrial se concentrado inicialmente na manufatura de bens de consumo de massa orientada para exportação,

---

<sup>12</sup>. HAN, Sung-Joo. "The Korea's New Century". *Survival*, 42 (4): 88, Winter 2000-01

<sup>13</sup>. A aprovação da intervenção das forças da ONU na Guerra da Coreia, pelo Conselho de Segurança, só foi possível pela ausência da União Soviética que estava boicotando as reuniões do Conselho em protesto pela negativa, por parte do Conselho, da República Popular da China assumir a cadeira da China. Conseqüentemente, a representação chinesa continuava em mãos do Kuomintang, agora instalado em Taiwan.

<sup>14</sup>. MASIERO, Gilmar. *Conglomerados Coreanos: das origens ao século XXI*. Texto apresentado no Seminário “Coreia do Sul rumo ao Século XXI”. Instituto de Estudos Avançados/USP, 30 de agosto de 2000. Mimeografado, pp.: 5-6.

especialmente em indústrias trabalho intensivas como têxteis, vestuário, calçados e alimentos”.<sup>15</sup>

Dessa forma, a Coreia do Norte vai apresentar um forte crescimento econômico, aproveitando-se da herança colonial japonesa e conseqüentemente voltada especialmente para o desenvolvimento da indústria pesada, enquanto que a Coreia do Sul direciona-se para um processo produtivo voltado à exportação, com auxílio norte-americano e inserção no processo regional liderado pelo Japão (a perspectiva dos *flying geese*).

Neste sentido, ambos os lados apresentaram crescimento expressivo até o final dos anos 70. “Desde o início do crescimento orientado para a exportação, no meio dos anos 60, o PNB de Taiwan e da Coreia do Sul têm crescido a uma média de cerca de 10% ao ano, com a expansão das manufaturas freqüentemente dobrando estes dados. A Coreia do Norte, de acordo com estatísticas oficiais, teve os maiores índices de crescimento agrícola no mundo inteiro, no período de 1970-78, e desde a Guerra da Coreia sua produção industrial tem apresentado o maior índice no mundo socialista. No espaço de uma geração estes países transformaram suas estruturas econômicas de forma tal que o setor agrário, que incluía cerca de 60% da população em 1960, agora representa menos de 20% do PNB. Não é de se admirar que os desenvolvimentistas americanos falem dos milagres em Taiwan e Coreia do Sul, ou que economistas socialistas como Joan Robinson falem do milagre na Coreia do Norte”.<sup>16</sup>

No entanto, a partir dos anos 80, a Coreia do Norte passou a apresentar problemas econômicos que foram ampliados com o processo de desagregação da União Soviética e com o seu isolamento progressivo, enquanto que a Coreia do Sul engajada no dinamismo regional ampliava suas margens de crescimento. Dessa forma, no momento do encontro das lideranças dos dois Estados, visualiza-se a presença de uma Coreia do Sul com forte capacidade econômica, independentemente da crise financeira asiática, e de uma Coreia do

---

<sup>15</sup>. MASIERO, Gilmar. *A Economia Coreana: Características Estruturais*. Texto apresentado no “Seminário Brasil e Coreia do Sul”, organizado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 05 e 06 de outubro de 2000.

<sup>16</sup>. CUMINGS, Bruce. “The origins and development of the Northeast Asian political economy: industrial sectors, product cycles, and political consequences”. IN: DEYO, Frederic C. (ed.). *The political economy of the new Asian industrialism*. Ithaca, Cornell University Press, 1987. Pp:44-45.

Norte com uma estrutura econômica totalmente debilitada e dependente de assistência externa.

### **3. A Questão Nuclear**

No início da década de 90, com a desintegração da União Soviética e o processo de reformas na Europa do Leste, a Coreia do Norte sentiu sobremaneira a perda de interlocutores e, principalmente, o impacto da retomada de relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e os países socialistas do leste Europeu.<sup>17</sup>

Essa realidade de isolamento internacional e retração de parcerias que pudessem cooperar com o processo econômico norte-coreano vai se acentuar ainda mais quando, em novembro de 1992, a Rússia reata relações diplomáticas com a Coreia do Sul. Nesse processo de aproximação, Seul compromete-se a reabrir e ampliar linhas de crédito para intensificação do comércio bilateral, bem como realizar estudo de viabilidade de implantação de um empreendimento conjunto para exploração do campo de gás natural em Yakutia. No entanto, para a concretização dessa parceria, Seul cobra de Moscou alterações de seu relacionamento com Pyongyang. “Seul está colocando um preço para reassumir a ajuda, na forma da Rússia descontinuar seu fornecimento de material militar ao Norte. Oficiais que acompanharam Yeltsin disseram que não só estão querendo interromper o fluxo de tecnologia nuclear e armas para o Norte, como querem agora rever artigos relevantes do tratado de assistência mútua com Pyongyang, pelo qual a antiga União Soviética se comprometia a ajudar a Coreia do Norte no caso de um ataque por um terceiro estado”.<sup>18</sup>

A relevância da normalização de relações bilaterais entre Seul e Moscou é ainda mais ampliada quando se constata que Seul, em agosto do mesmo ano, tinha igualmente reatado

---

<sup>17</sup>. Sobre as reações norte-coreanas em relação ao processo de reformas no mundo socialista, veja-se: KIM, Euikon. “East European Reforms and its Impact on East Asian Socialism”. *The Korean Journal of International Studies*, XXII (1): 93-110, Spring 1991.

<sup>18</sup>. HOON, Shim Jae & PAISLEY, Ed. "Trade and trade-off". *Far Eastern Economic Review*, 3 december 1992, p. 16

seu relacionamento com Beijing e que um dos compromissos assumidos tinha sido a promessa chinesa de se empenhar na desnuclearização da península coreana.

As opiniões, na época, eram divergentes sobre a reação norte-coreana. Alguns ponderavam que o isolamento a que Pyongyang estava sendo submetida poderia conduzi-la a caminhar para um processo de reunificação. Outros, no entanto, consideravam que a perda de dois aliados tão importantes ampliaria o receio de um ataque da Coreia do Sul e redundaria em aceleração do desenvolvimento da capacidade nuclear.

Dessa forma, aparentemente, a Coreia do Norte optou por acelerar sua capacidade nuclear e instrumentalizar exatamente esses recursos nucleares como fator de negociação.

“O regime norte-coreano começou a mostrar interesse pelo desenvolvimento do programa nuclear na metade dos anos 50. Depois, o programa prosseguiu e, no início dos 80, a construção de um centro de pesquisa nuclear, em larga escala, começou em Yongbyun, ao norte de Pyongyang, a capital da Coreia do Norte. Isto naturalmente gerou profunda preocupação na comunidade internacional em termos de prevenção de proliferação nuclear. Entretanto, como a Coreia do Norte finalmente assinou o TNP em 1985 após sofrer forte pressão da União Soviética, a comunidade internacional ficou tranqüila.”<sup>19</sup>

No entanto, essa aparente tranqüilidade é rompida quando, em 1989, os Estados Unidos, por intermédio de fotografias de satélites, confirma que o programa norte-coreano tinha-se desenvolvido ao ponto de ter construído uma fábrica de reprocessamento de plutônio em Yongbyun, necessário para a bomba nuclear e que estava empenhado no teste de um detonador de bomba nuclear.

Em seqüência às pressões para interrupção do programa de desenvolvimento nuclear e de sujeição às inspeções e constrangimentos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), a Coreia do Norte ameaça retirar-se do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e impede a inspeção, por parte do AIEA, do centro de Yongbyun, gerando a possibilidade de um conflito armado com os Estados Unidos.

---

<sup>19</sup>. KIM, Hakjoon. “North’s Korea Nuclear Development Program and Future”. *Korea and World Affairs*. XVIII (2): 275, Summer 1994.

No que se refere às relações inter-coreanas, sob o impacto dessa questão nuclear e da ameaça de retirada do TNP, o então Presidente sul-coreano, Kim Young-Sam, transferiu aos Estados Unidos a responsabilidade de negociar diretamente com a Coreia do Norte

Com a morte de Kim Il Sung, em julho de 1994, surgiram esperanças de alteração nos rumos da Coreia do Norte, o que se confirmava em outubro com a assinatura de um acordo nuclear entre Estados Unidos e Coreia do Norte.<sup>20</sup> Por este acordo, a Coreia do Norte consentia em congelar e desmantelar seu programa nuclear e aceitar as salvaguardas do Tratado de Não Proliferação Nuclear ao substituir seus reatores nucleares por reatores de *água leve*. Entretanto, já nas conversações sobre a iniciativa KEDO (Korean Peninsula Energy Development Organisation) para troca dos reatores, a Coreia do Norte recusou-se a aceitar reatores construídos na Coreia do Sul. Conseqüentemente, os reatores devem ser construídos pelo KEDO.<sup>21</sup>

No entanto, “a Coreia do Norte nunca reconheceu abertamente sua capacidade de produção de armas nucleares, nem isto foi provado, mas sua política deliberada, em 1993-94, foi de jogar com e aprofundar os temores internacionais sobre seu programa nuclear ao recusar as inspeções da AIEA. A política do Norte, combinada com os testes dos mísseis balísticos *No-dong 1* e com a retórica contra os Estados Unidos e a Coreia do Sul, ampliaram as tensões militares na Península Coreana e criaram uma perceptível ameaça nuclear norte-coreana para a segurança do Nordeste Asiático”.<sup>22</sup>

Na perspectiva de Amaury Porto, “o Acordo Quadro refletiu importante reviravolta na abordagem americana dos problemas criados pela Coreia do Norte. O governo Clinton pareceu ter adquirido a convicção de que Piongiangue não tinha condições para desencadear novo conflito armado na península, e que mais valia atraí-lo para a observação

---

<sup>20</sup>. Note-se que embora a Coreia do Sul não tenha participado das negociações nem assinado o Acordo Quadro de dezembro de 1994, a maior parcela do custo e de responsabilidade pela substituição dos reatores norte-coreanos ficou com a Coreia do Sul.

<sup>21</sup>. Os sócios do KEDO são Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão. O consórcio se comprometeu a fornecer recursos e tecnologia para a construção, até 2003, de dois reatores de *água leve*, e a abastecer o Norte com óleo para compensar qualquer queda em energia até que os reatores estejam disponíveis. O custo total está estimado em \$ 4 bilhões, sendo que a Coreia do Sul arca com \$ 2 bilhões e o Japão com \$ 1 bilhão. Espera-se que outro grupo de países, em especial a ASEAN, contribua com os fundos restantes. Estados Unidos comprometeu-se a fornecer 500.000 toneladas de óleo por ano, durante dez anos.

<sup>22</sup>. HUGHES, Christopher W. “The North Korean Nuclear Crisis and Japanese Security”. *Survival*, 38 (2): 80, Summer 1996.

dos regimes de não proliferação e de controle da tecnologia de mísseis, mesmo se em troca de subsídios”.<sup>23</sup>

A partir dessas ponderações pode-se deduzir que os Estados Unidos aceita a chantagem norte-coreana, considerando-se que a interrupção do programa nuclear deveria ser igualmente compensada pela suspensão progressiva das sanções econômicas impostas desde a Guerra da Coreia e, portanto, assumindo o papel de, através de subsídios e/ou concessões econômico-financeiras, manter o regime norte-coreano sob controle.

Chá partindo exatamente do pressuposto de que o objetivo da Coreia do Norte é obter concessões em troca de negociações em torno de seus programas, trabalha mais com a idéia de que dever-se-ia investir mais numa política de *engajamento* da Coreia do Norte do que numa de *contenção*.

"Sua liderança procura convencer o mundo exterior de seu desejo de prosseguir com a nuclearização porque é a melhor forma de extrair concessões adicionais (e dinheiro). Se o interesse primário da Coreia do Norte é a sobrevivência, porque levar em consideração o afrouxamento dos programas nucleares e de mísseis? Talvez Pyongyang somente queira que o exterior acredite que ele está interessado em comércio, enquanto secretamente fraudula sobre qualquer acordo concluído. Capacidades nucleares e de mísseis de longo alcance, apesar de tudo, poderiam garantir a segurança para um país fraco como a Coreia do Norte. A lógica deste argumento é persuasiva; entretanto, não considera a relativa não atratividade de tal opção para Pyongyang. Em outras palavras, armas nucleares e mísseis podem prometer sobrevivência, mas não oferecem nada além disso. O objetivo da sobrevivência poderia ser atingido, mas seria improdutivo desde que o Norte permaneça excluído e alienado da comunidade internacional e de seus benefícios. Talvez uma solução mais desejável para o regime seria o que pode ser chamado de uma sobrevivência enriquecida, um cenário no qual o regime de Pyongyang permaneça sem armas nucleares - sendo capaz de manter uma crível política de "nem-confirma-nem-nega", enquanto simultaneamente acumula concessões que melhorem sua situação geral".<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup>. OLIVEIRA, Amaury Porto. "Pausa na Reconciliação Intercoreana". *Carta Internacional*, IX (100): 10, junho 2001.

<sup>24</sup>. CHA, Victor D. "The Rationale for "enhanced" Engagement of North Korea". *Asian Survey*, XXXIX (6): 848-849, November/December 1999.

De outro lado, no entanto, pode-se também aventar a hipótese de que o desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte passa a ser o pretexto para o estabelecimento de novos programas de defesa na região, ao apontá-lo como fator de instabilidade regional e de ameaça militar.

Assim, ainda que discutível, a decisão norte-americana de desenvolver um sistema de Defesa Nacional de Mísseis (*National Missile Defence – NMD*) aponta a Coreia do Norte, entre outros países, como um fator determinante na sua implementação.

Na perspectiva norte-americana, o desenvolvimento deste sistema de defesa é imprescindível a partir do momento em que houve uma disseminação indiscriminada da posse de mísseis balísticos, principalmente na periferia do sistema, o que torna o Tratado sem efeito no que se refere à possibilidade de controle. E que o principal objetivo do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (*Missile Technology Control Regime – MTCR*) de conter a proliferação não está sendo alcançado principalmente no Oriente Médio e na Ásia. Neste sentido, aponta-se que a ameaça decorre do fato do Iraque, Irã e Coreia do Norte deterem mísseis balísticos.

Joseph Nye em visita ao Japão em julho de 1995, ao criticar a resistência japonesa em aderir e cooperar com os Estados Unidos no desenvolvimento do processo de defesa de mísseis, assim se expressava: “Se eu estivesse localizado onde o Japão está, com um vizinho como a Coreia do Norte que está desenvolvendo mísseis balísticos.....eu certamente consideraria o TMD (Theater Missile Defence) seriamente”.<sup>25</sup>

O teste do míssil norte-coreano, Taepodong - 1, em agosto de 1998, violando o espaço aéreo japonês, antes de cair no Pacífico, assustou o Japão e influenciou a definição de sua política externa. O governo japonês, ainda sob o impacto do teste, expressou seu interesse em cooperar com os Estados Unidos no desenvolvimento de um sistema regional de defesa de mísseis (*Theater Missile Defense – TMD*) Sob a certeza de que a Coreia do Norte está desenvolvendo o Taepodong – 2, com capacidade intercontinental, o Japão, em agosto de 1999, assinou com os EUA um Memorando de Entendimentos visando o

---

<sup>25</sup>. HUGHES, Christopher W. “The North Korean Nuclear Crisis and Japanese Security”. *Survival*, 38 (2): 80-81, Summer 1996.

desenvolvimento conjunto de tecnologias para o sistema de defesa. Concordou igualmente em investir cerca de US\$ 280 milhões para pesquisa nos próximos cinco a seis anos.

Inúmeras hipóteses podem ser aventadas a partir deste jogo de interesses em função das perspectivas de ameaça nuclear por parte da Coreia do Norte. De um lado, a própria Coreia do Norte, aparentemente, está conseguindo reverter sua posição de maior fraqueza, após a desintegração da União Soviética, ao pressionar por uma reorientação do sistema de segurança no Nordeste Asiático, implicando numa redução do poder sul-coreano e restauração de uma balança estratégica na região.

De outro lado, “para os *policy-makers* japoneses, a crise norte-coreana representa um conjunto complexo de ameaças tanto para a segurança externa quanto para a interna. A posição do Japão dentro da Aliança com os Estados Unidos e a presença de uma comunidade norte-coreana no Japão significa que estas ameaças incluem instabilidade política doméstica, agitação civil e terrorismo. Como muitos outros poderes no período pós Guerra Fria, é provável que a agenda de segurança do Japão mude no reconhecimento do fato de que os problemas de segurança interna e externa estão agora tornando-se indivisíveis. A tarefa para os *policy-makers* japoneses é planejar medidas políticas que absorvam a natureza cambiante dos problemas de segurança”.<sup>26</sup>

Em função de diferentes fatores, mas sem dúvidas que também em função da insegurança da questão nuclear norte-coreana e mesmo das possibilidades de uma reunificação que pode igualmente afetar a perspectiva de segurança nipônica, o Japão busca reformar seu posicionamento em termos de defesa, buscando talvez, inclusive, a possibilidade de atuação de forma autônoma desde que a Aliança Militar Coreia-Estados Unidos perderá sua razão de ser e afetando igualmente sua permanência sob o guarda-chuva norte-americano.

Embora discorde, Cha apresenta os argumentos sul-coreanos de oposição ao desenvolvimento de um esquema regional anti-balístico. “O governo sul-coreano expressou decidida falta de interesse em participar da iniciativa norte-americana do TMD na região. Seul argumenta que tal defesa é estrategicamente desnecessária desde que a ameaça primária da DPRK é da artilharia e não de mísseis balísticos. Além do mais, as

---

<sup>26</sup>. HUGHES, Christopher W. “The North Korean Nuclear Crisis and Japanese Security”. *Survival*, 38 (2): 95, Summer 1996.

necessidades de custo e tecnologia para participação estão além das atuais possibilidades do Sul. Informalmente, oficiais da Coreia do Sul comentam que a antipatia fortemente explicitada pela China é uma outra principal razão para a política de Seul. Beijing publicamente aplaudiu a decisão de Seul de não participação".<sup>27</sup>

Além das questões nucleares, o Japão apresenta um conjunto de problemas com a Coreia do Norte que aparenta ser de difícil acordo. Assim, concluíram sua última rodada de negociações em novembro de 2000 (a terceira neste ano) com quase nenhum avanço. "Enquanto o Japão disse que os dois países poderiam ter uma nova rodada de conversações ainda neste ano ou no início do próximo ano, os norte-coreanos enfatizaram que a próxima rodada poderia ocorrer "quando o Japão estivesse preparado". Isto sugere um impasse, com a Coreia do Norte deixando claro que as conversações só poderiam ser retomadas quando o Japão estivesse pronto para fazer concessões".<sup>28</sup>

As conversações enfocam as demandas da Coreia do Norte de desculpas oficiais e de compensação pelo período de colonização japonesa de 1910 a 1945. O Japão aparentemente tem a intenção de se desculpar, como já o fez com a Coreia do Sul. E também de pagar compensação, mas seguindo o modelo de seu acordo com a Coreia do Sul quando os dois países normalizaram suas relações em 1965.<sup>29</sup>

Yoichi Funabashi retoma esta questão ponderando que qualquer avanço na normalização das relações entre Tóquio e Pyongyang deverá retomar a sensível questão do Tratado de Normalização com Seul de 1965. Seul aceitou o tratado de uma forma estritamente ditatorial, com o General Park Chung Hee motivado pela necessidade de receber ajuda econômica, apesar da insatisfação doméstica. "A demanda coreana por uma explícita desculpa de Tóquio foi relevada, enquanto que a questão de reparações foi

---

<sup>27</sup>. CHA, Victor D. "The Rationale for "enhanced" Engagement of North Korea". *Asian Survey*, XXXIX (6): 864, November/December 1999.

<sup>28</sup>. CHING, Frank. "Japan's Korea Dilemma". *Far Eastern Economic Review*, 163 (46): 37, November 16, 2000.

<sup>29</sup>. No acordo com a Coreia do Sul, o Japão realizou uma doação de \$ 300 milhões e \$ 200 milhões em ajuda econômica. Pyongyang insiste que concessão e ajuda são dois conceitos diferentes. Entretanto, não se sabe a quantia exata que está sendo solicitada. Levando-se em conta a inflação, estima-se que Tóquio estaria propenso a oferecer \$ 9 bilhões à Coreia do Norte. Considerando-se que Coreia do Norte está solicitando aos Estados Unidos \$ 1 bilhão por ano para não exportar mísseis, supõe-se que esteja demandando uma alta soma para compensar os 35 anos de colonização.

resolvida indiretamente sob a forma de assistência econômica. O ressentimento coreano foi postergado e é provável que influencie futuros desenvolvimentos no relacionamento. Em particular, o ressentimento pode reviver quando Japão e Coreia do Norte começarem a discutir questões de história e reparações como parte de sua própria reaproximação diplomática".<sup>30</sup>

## 8. Considerações Finais

O encontro entre os dois presidentes coreanos teve como principal resultado a restauração do triângulo Seul-Pyongyang-Washington, o qual tinha sido abandonado em 1993 quando Kim Young-Sam tinha se retirado das conversações sobre a questão nuclear e transferido a responsabilidade para os Estados Unidos. "Há várias razões para que a Coreia do Sul estivesse querendo abandonar aquela situação. Primeiro, era necessário assegurar a cooperação chinesa nas questões da segurança coreana. Segundo, a Coreia do Norte até então estava inflexível contra qualquer diálogo direto Norte-Sul. Terceiro, Seul estava confiante de que os Estados Unidos poderia representar seus pontos de vista e interesses. Finalmente, era importante engajar a Coreia do Norte de qualquer forma possível. Além do mais, o governo sul-coreano estava sujeito a muita crítica doméstica em decorrência de sua exclusão das conversações. Argumentava-se que os interesses norte-americanos e sul-coreanos eram diferentes, e que agora a Coreia do Norte poderia não ter necessidade em dialogar com o Sul e que Washington e Pyongyang poderiam acertar um acordo secreto"<sup>31</sup>

Ao lado destes fatores, nenhum poder da Ásia aparenta ter interesse em apoiar uma breve reunificação do Norte-Sul. Além disso, a mentalidade que cobriu a Guerra Fria persiste ainda nas políticas externas dos países como o Japão e os Estados Unidos, ao encararem o governo norte-coreano de regime comunista como o "vilão". Simultaneamente, as alianças trilaterais entre os Estados Unidos, o Japão e a Coreia do Sul permitem que os três países cooperem em matérias de segurança, particularmente em relação às questões nucleares da Coreia do Norte.

---

<sup>30</sup>. FUNABASHI, Yoichi. "Japan's Moment of Truth". *Survival*, 42 (4): 82, Winter 2000-2001.

<sup>31</sup>. HAN, Sung-Joo. "The Korea's New Century". *Survival*, 42 (4): 85-86, Winter 2000-01

Funabashi, por exemplo, aponta que além de outras implicações estratégicas, o Japão considera que “a distensão coreana pode impulsionar a influência chinesa sobre toda a península coreana. A China aspira assumir um papel central na construção de uma estrutura de segurança para estabilizar a península coreana, um papel por muito tempo controlado pelos Estados Unidos. Um perigo potencial é que uma forte influência chinesa pode impedir a efetividade do processo de coordenação política Estados Unidos/Japão/Coréia do Sul. Um outro perigo é o de uma séria confrontação sino-americana, a qual poderia potencialmente gerar uma incontrolável tensão em todo o Nordeste Asiático. Em decorrência desses cenários, Japão está sugerindo a fórmula de Conversações entre Seis Partes, acrescentando o Japão e a Rússia às Conversações entre Quatro Partes que reúnem as duas Coréias, Estados Unidos e China, com o propósito de reforçar o processo regional de construção de confiança.”<sup>32</sup>

O líder da oposição sul-coreana sugere a necessidade de manutenção de três princípios básicos como norteadores da aproximação: “Primeiro, a reunião de cúpula não deve conceder ou comprometer nossa segurança nacional e a identidade da República da Coréia como uma democracia de livre mercado. Segundo, o princípio da reciprocidade deve ser mantido. Terceiro, para qualquer cooperação econômica que possa se transformar num maior fardo para a população, o governo tem que obter a aprovação da assembléia nacional”.<sup>33</sup>

O que Lee Hoi Chang, na verdade, pretende ressaltar é que a aliança militar com os Estados Unidos e principalmente a presença das tropas norte-americanas não deve ser objeto de negociação entre os dois líderes. E que, de outro lado, em decorrência da crise financeira, bem como da necessidade de injeção de recursos para a recuperação econômica, a Coréia do Sul tem que inicialmente considerar seus problemas internos antes de se aventurar com compromissos financeiros com a Coréia do Norte.

Diferentes analistas consideram que o processo de reunificação possa provocar “a retirada dos 37.000 soldados americanos estacionados no Sul; uma forte Península Coreana

---

<sup>32</sup>. FUNABASHI, Yoichi. "Japan's Moment of Truth". *Survival*, 42 (4): 82, Winter 2000-2001.

<sup>33</sup>. CHANG, Lee Hoi. "Point of Departure". *Far Eastern Economic Review*, 163 (20):22, May 18, 2000.

ameaçando o Japão; uma oscilante balança de poder regional – em favor da China; e os Estados Unidos em confronto direto com a China”.<sup>34</sup>

Então, a estratégia de curto prazo de aproximação iniciada pelo presidente sul-coreano tem sido desenvolvida para evitar o fortalecimento da capacidade militar do Norte e a eclosão de uma nova guerra na península como o resultado de tensão política. Para isto, a Coréia do Sul assume o papel principal de fornecer empréstimos e garantias de crédito à Coréia do Norte em troca de uma interrupção no desenvolvimento do programa de mísseis norte-coreanos. Esta proposta construiria a interdependência entre o norte e o sul, incluindo possivelmente a cooperação futura do Japão, China e Rússia.

Do ponto de vista sul-coreano, é fundamental evitar uma falência total da Coréia do Norte que gere uma migração maciça de refugiados para o Sul, com reflexos sobre a instabilidade de sua economia. De outro, há igualmente um relativo consenso de que o modelo de reunificação alemã, rápida e total, seria muito mais onerosa do que um processo gradual e estruturado. Na realidade, essas impressões constituem a base da *sunshine policy* do presidente Kim Dae Jung.

De qualquer forma, não há consenso na sociedade sul-coreana sobre a pertinência ou a forma de aproximação. “Os conservadores e os partidos de oposição estão extremamente críticos sobre a política unilateral de dar sem receber nada em reciprocidade. Os conservadores argumentam igualmente que os gestos da Coréia do Norte são somente uma manobra tática que não altera suas estratégias fundamentalmente agressivas com o objetivo de minar o sistema sul-coreano. De outro lado, o governo e os grupos progressistas argumentam que criando um ambiente regional e internacional favorável à Coréia do Norte e providenciando apoio do Sul, a Coréia do Norte irá gradualmente caminhar para uma abertura e mudanças no seu sistema doméstico”.<sup>35</sup>

A partir dessas considerações, Sun-Joo Han delinea quatro possíveis cenários a partir do encontro de cúpula entre os dois presidentes: “O primeiro, e mais otimista, envolve uma evolução no relacionamento baseado na reconciliação, cooperação e trocas

---

<sup>34</sup>. HOLLAND, Lorien & DAWSON, Chester. “What If?” *Far Eastern Economic Review*, 163 (26):18, June 29, 2000.

<sup>35</sup>. HA, Yong-Chool. “South Korea in 2000: A Summit and the Search for New Institutional Identity”. *Asia Survey*, XLI (1): 31, January/February 2001.

expandidas. Coréia do Norte torna-se menos ameaçadora, gerando uma crescente confiança mútua, redução de armas e concordância numa estrutura de paz. Num segundo cenário, Coréia do Norte não pode controlar a rápida abertura da sociedade para o mundo exterior e assim implode em razão da falência ideológica e do colapso econômico. O terceiro cenário visualiza a possibilidade da Coréia do Norte, após ter assegurado o máximo da assistência econômica do Sul, sabotar o processo de reconciliação. A Coréia do Norte pode agir assim tanto por temor de que uma contínua troca com o Sul pode enfraquecer e até explodir seu próprio sistema, ou com o propósito de causar confusão ou dissensão no Sul. O quarto cenário é quase o mesmo do que o terceiro, só que mais projetado para o futuro. Uma Coréia do Norte economicamente mais forte interrompe sua reconciliação com uma Coréia do Sul que está enfraquecida pela tarefa de auxiliar o Norte”.<sup>36</sup>

Nesse sentido, tem-se como ponderação final a percepção de que uma rápida reunificação coreana não corresponde à realidade nem das duas Coreias nem dos principais atores regionais. O que se tem em comum é o consenso de que uma Coréia do Norte fortemente isolada do contexto regional e internacional pode ser um elevado fator de instabilidade, assim como uma reunificação às pressas, sem uma negociação prévia entre os principais poderes, pode gerar uma disputa conflituosa de poder. Conseqüentemente, o atual momento, na realidade, corresponde a um processo de engajamento da Coréia do Norte, via uma aproximação com a Coréia do Sul que possibilite a construção de um clima de confiança entre os dois lados.

---

<sup>36</sup>. HAN, Sung-Joo. "The Korea's New Century". *Survival*, 42 (4): 92, Winter 2000-01

## Bibliografia

CAMPBELL, Kurt M. & REISS, Mitchell B. "Korean Changes, Asian Challenges and the US Role". *Survival*, 43 (1): 53-69, Spring 2001

CHA, Victor D. "The rationale for "enhanced" engagement of North Korea. After the Perry policy review". *Asian Survey*, XXXIX (6): 845-866. November/December 1999.

CHANG, Lee Hoi. "Point of Departure". *Far Eastern Economic Review*, 163 (20):22, May 18, 2000.

CHING, Frank. "Japan's Korea Dilemma". *Far Eastern Economic Review*, 163 (46): 37, November 16, 2000.

CUMINGS, Bruce. *The Origins of the Korean War: Liberation and the Emergence of Separate Regimes*. Princeton, Princeton University Press, 1981.

CUMINGS, Bruce. "The origins and development of the Northeast Asian political economy: industrial sectors, product cycles, and political consequences". IN: DEYO, Frederic C. (ed.). *The political economy of the new Asian industrialism*. Ithaca, Cornell University Press, 1987. Pp.:44-83.

FUNABASHI, Yoichi. "Japan's Moment of Truth". *Survival*, 42 (4): 73-83, Winter 2000-2001.

HA, Yong-Chool. "South Korea in 2000: A Summit and the Search for New Institutional Identity". *Asia Survey*, XLI (1): 30-39, January/February 2001.

HAN, Sung-Joo. "The Korea's New Century". *Survival*, 42 (4): 85-95, Winter 2000-01

HOLLAND, Lorien & DAWSON, Chester. "What If?" *Far Eastern Economic Review*, 163 (26):18, June 29, 2000.

HOON, Shim Jae & PAISLEY, Ed. "Trade and trade-off". *Far Eastern Economic Review*, December 3, 1992, p. 16

HUGHES, Christopher W. "The North Korean Nuclear Crisis and Japanese Security". *Survival*, 38 (2): 79-103, Summer 1996.

KIM, Euikon. "East European Reforms and its Impact on East Asian Socialism". *The Korean Journal of International Studies*, XXII (1): 93-110, Spring 1991.

KIM, Hakjoon. "North's Korea Nuclear Development Program and Future". *Korea and World Affairs*. XVIII (2): 273-300, Summer 1994.

KIM, Kyung-Won. "Korea and the U.S. in the Post-Cold War World". *Korea and World Affairs*, XVIII (2): 213-232, Summer 1994.

KIM, Samuel S. "North Korea in 2000: Surviving through High Hopes of Summit Diplomacy". *Asian Survey*, XLI (1): 12-29, January/February 2001.

MASIERO, Gilmar. *Conglomerados Coreanos: das origens ao século XXI*. Texto apresentado no Seminário "Coréia do Sul rumo ao Século XXI". Instituto de Estudos Avançados/USP, 30 de agosto de 2000. Mimeografado, pp.: 5-6.

MASIERO, Gilmar. *A Economia Coreana: Características Estruturais*. Texto apresentado no "Seminário Brasil e Coréia do Sul", organizado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 05 e 06 de outubro de 2000.

NYE, Joseph S. "The 'Nye Report': six years later". *International Relations of the Asia-Pacific*. I (1): 95-103, 2001

OLIVEIRA, Amaury Porto. "Pausa na Reconciliação Intercoreana". *Carta Internacional*, IX (100): 9-10, junho 2001.

THOMPSON, Roger G. *The Pacific Basin since 1945*. New York, Longman, 1994.